

As instituições de ensino superior e a coesão territorial



Vitor Santos
Professor
Catedrático
do Instituto
de Economia
e Gestão da
Universidade
Técnica de Lisboa;
Presidente do
Conselho Geral
do Instituto
Politécnico de
Castelo Branco

Portugal, um dos países mais antigos do mundo, consolidou ao longo dos séculos uma unidade cultural, sociológica e política que constitui uma das suas marcas distintivas. Porém, a geografia, a história, a economia, a demografia e, muitas vezes, as próprias políticas públicas, contribuíram para a existência de profundas assimetrias de desenvolvimento e ocupação territorial. Ao longo da faixa litoral reside 82,4% da população com menos de 25 anos, é criada 83% da riqueza produzida e são formados 89% dos alunos do ensino superior.

Acresce que esta realidade tenderá ainda a agravar-se nos próximos anos. O envelhecimento demográfico confronta-nos com uma visão dramática para as próximas décadas. O número de jovens com 18 anos vai decrescer em Portugal a uma taxa média de 1%, refletindo-se numa variação acumulada em 30 anos de cerca de 26%. Mas se tomarmos as previsões para a Região Centro, a taxa de variação média anual dos jovens com 18 anos tenderá a decrescer a uma taxa da ordem dos 2,5%, traduzindo-se numa variação negativa acumulada de 53%.

Deve sublinhar-se que as assimetrias territoriais não são apenas uma situação injusta para as populações residentes no interior. Na verdade, as assimetrias regionais geram custos de congestionamento nas infraestruturas instaladas no litoral que exigem continuamente novos investimentos e, por outro lado, contribuem para a existência de uma insuficiente procura dirigida às infraestruturas instaladas no interior que conduzem para aumentar os seus custos unitários de utilização. A conjugação destes dois efeitos penaliza, de forma expressiva, a competitividade das regiões e da economia nacional.

Parece existir um grande consenso sobre a necessidade de inverter este círculo vicioso em prol de um processo de crescimento mais inclusivo. O Governo aprovou o Programa Nacional para a Coesão Territorial e a sociedade civil, através do Movimento pelo Interior, propuseram medidas inovadoras, algumas mesmo ousadas, que poderão ainda inverter esta trajetória para o abismo.

As infraestruturas de I&D e as instituições de ensino superior, em cooperação com as autarquias e outras entidades públicas, as empresas, as associações empresariais, culturais ou de âmbito social deverão ter

um papel central neste processo colocando o conhecimento e a formação ao serviço do desenvolvimento do interior.

É necessário conhecer o potencial de desenvolvimento das regiões do interior, identificar as alterações na estrutura económica que asseguram a sua competitividade sustentada e as necessidades de qualificações, conhecimento e inovação para que estas dinâmicas transformadoras se concretizem.

Esta visão está em linha com as recomendações do recente relatório encomendado pelo governo português à OCDE, cujas conclusões já foram apresentadas publicamente, onde se propõe uma nova agenda de Ensino Superior, Ciência e Inovação que permita valorizar o papel das Instituições de Ensino Superior enquanto plataformas promotoras de novas dinâmicas de desenvolvimento regional.

O orçamento do ensino superior e da ciência registaram um crescimento sustentado desde a viragem do milénio até ao fim da 1ª década deste século mas depois assistiu-se a um retrocesso na sequência da crise económica e financeira. O peso percentual da I&D no PIB cresceu de 0,62% em 1998 para 1,58% em 2009, mas posteriormente exibiu um decréscimo tendo atingido os 1,27% em 2016. Há que inverter rapidamente esta tendência negativa acaso Portugal pretenda atingir o compromisso estabelecido com os parceiros europeus: um nível de investimento em Investigação e Desenvolvimento de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2030.

Deve sublinhar-se que a inversão da tendência de declínio das despesas públicas no ensino superior e na ciência é também absolutamente crucial para uma nova dinâmica de desenvolvimento regional.

A título meramente ilustrativo, apresentam-se algumas áreas em que as instituições de ensino superior podem ter um papel muito relevante.

Um dos exemplos relevantes é a acessibilidade digital. De acordo com o Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade em 2018, Portugal posiciona-se muito próximo da média da União Europeia embora necessite de melhorias ao nível das competências digitais e da cobertura de banda larga rápida. Trata-se claramente de duas áreas em que existem fortes assimetrias entre o litoral e o interior que urge minimizar.

Acresce que, as novas tecnologias da comunicação estimulam o acesso aos serviços sociais, tornam mais abrangente o acesso à educação e à saúde, criam plataformas para a inovação, promovem as liberdades individuais e o acesso aos serviços públicos e, finalmente mas não menos importante, permitem a socialização com a comunidade e o acesso à mais pura diversão.

Um dos princípios, supostamente virtuosos e equitativos, das políticas públicas passa pela promoção de iniciativas transversais e aplicáveis ao todo nacional tratando como sendo igual aquilo que é, de facto, diferente.

A descentralização/desconcentração das políticas públicas passa também pela sua territorialização adaptando os objetivos e os instrumentos às realidades económicas, sociais, demográficas dos diferentes territórios. A título ilustrativo, a adaptação

das infraestruturas e dos serviços por elas prestados bem como das competências ao envelhecimento demográfico que caracteriza a realidade do interior do país é uma dimensão relevante que interessa ponderar.

As regiões do interior caracterizam-se, de forma dominante, por estarem dotadas de estruturas económicas pouco diversificadas constituídas por empresas de pequena dimensão, empregando trabalhadores pouco qualificados e revelando uma baixa predisposição à inovação e à cooperação bem com uma fraca inserção internacional.

É necessário ser ousado e, porventura, já não será suficiente apenas fazer melhor aquilo que sempre se fez, ou seja, as fileiras agroalimentares e florestais, as industriais tradicionais e o turismo. Há que identificar novas atividades que potenciem recursos endógenos e dinamizem cadeias de fornecimento, baseadas no conhecimento, geradoras de maior valor acrescentado e indutoras de crescimento da produtividade que permitam pagar salários mais elevados e atrair as novas gerações entrantes no mercado de trabalho.

Há que potenciar as infraestruturas de I&D e as instituições de ensino superior de forma a inverter esta situação e a atrair projetos empresariais que sejam capazes de se afirmar no contexto nacional e internacional.

Um aspeto também muito relevante é a cooperação transfronteiriça. O Programa Interreg, criado em 1990,

apostou inicialmente na promoção das acessibilidades através do financiamento das infraestruturas rodoviárias mas, mais recentemente, tem vindo a reorientar os seus recursos para outras áreas mais intangíveis, como sejam, a investigação, o desenvolvimento tecnológico e o ambiente.

A Raia Central Ibérica inclui, do lado português, as sub-regiões da Beira Interior Norte, Beira Interior Sul e Cova da Beira e, do lado espanhol, a totalidade dos territórios das províncias espanholas de Salamanca e de Cáceres situadas, respetivamente, nas Comunidades Autónomas de Castela e Leão e da Estremadura.

A cooperação em torno de novos projetos económicos, sociais e de investigação contribui para criar dimensão e uma massa crítica geradora de novas centralidades que podem ser indutoras de uma nova dinâmica de desenvolvimento nestas regiões. A meu ver, as instituições de ensino superior, de ambos os lados da fronteira, deverão reforçar e consolidar a cooperação nas diferentes vertentes do ensino, da investigação e da transferência de conhecimento. A exploração das economias de escala ao nível da investigação pode viabilizar a criação de novas infraestruturas científicas mais avançadas.

Finalmente, há uma dimensão comunicacional que, normalmente, não é muito valorizada mas que me parece ter uma grande relevância numa reflexão sobre a interioridade: em geral, a perceção que se tem do interior não corresponde ao potencial

dos recursos endógenos disponíveis, às trajetórias de desenvolvimento local que têm sido concretizadas com sucesso bem como em relação às novas oportunidades que podem conduzir a novas realizações.

Por isso mesmo, é preciso apostar numa nova narrativa que transmita uma imagem adequada e realista do potencial, das dinâmicas atuais e das novas oportunidades e que tenha subjacente uma visão estratégica inovadora que apresente estas regiões como novas centralidades portadoras de novos desafios.

Naturalmente que a viabilização destas estratégias implica que as regiões estejam dotadas dos instrumentos de política pública adequados bem como das parcerias institucionais que podem corporizar novas dinâmicas de desenvolvimento regional. E, nesta perspetiva, as instituições de ensino superior podem ser protagonistas centrais neste processo. Aliás, o IPCB é um caso de sucesso sustentável que, ao longo dos seus 38 anos de existência tem sido uma instituição portadora de novos futuros. A criação do IPCB marcou um ponto de viragem na dinâmica de desenvolvimento do interior do país com impactos positivos na competitividade da cidade de Castelo Branco e da sua área envolvente e com reflexos na sua capacidade para atrair pessoas e atividades. Após este caminho percorrido com sucesso, estamos convictos que o IPCB vai continuar a ser um protagonista comprometido com os novos desafios do futuro e ao serviço dum processo de desenvolvimento mais inclusivo e equilibrado.